





Conselhos de Políticas Públicas e o seu papel no Controle Social



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Cenário Político

Desde a CF de 88 estamos vivendo uma nova era onde os valores do patrimonialismo e clientelismo estão sendo deixados e combatidos em nome de **valores como:**

- ✓ **Dignidade,**
- ✓ **Ética,**
- ✓ **Honestidade pessoal e pública.**



Cenário Legal

**Constituição
Cidadã
CF 1988**

**Emenda
Constitucional
19/1998**

**LRF
Lei 101/2000**

**LEI
131/2009**

**LEI
12.527/2011**

CIDADANIA

**Participação Popular +
Conselhos Públicos**

EFETIVIDADE

**Resultado/Eficácia,
Programas e Projetos**

RESPONSABILIZAÇÃO

**Participação Popular
na Elaboração e
discussão dos Planos**

TRANSPARÊNCIA

Órgãos Públicos

TRANSPARÊNCIA

**Ativa e Passiva dos
órgãos Públicos**

Década de 80: Redescoberta da Sociedade Civil



Cenas deste filme: 2013



Os cidadãos praticam seu **empoderamento social**, demonstrando que têm conhecimento (novas tecnologias), informação e atitude (ir às ruas).





“...Abriu uma imensa avenida na qual passa hoje, todo tipo de revolta contra a forma antiga, atavicamente interesseira, de como se governa no Brasil (...) Toda a amplitude histórica desse novo movimento, significa uma alavanca para a cidadania...” (Miguel Reale Junior, Revista Veja 45 anos – Set 2013)

Cenas atuais deste filme....

NÚMERO DE PESSOAS COM
FORO PRIVILEGIADO EM CADA PAÍS:



BRASIL
58.660



EUA
0



ALEMANHA
1



URUGUAI
0

PARA ONDE VAI O DINHEIRO DOS SEUS IMPOSTOS?

CÂMARA E SENADO:
CUSTAM EM TORNO
DE **R\$ 28 MILHÕES**
POR DIA

AUXÍLIO-MORADIA A
JUÍZES E PROCURADO-
RES PODE PASSAR DE
R\$ 4,3 BILHÕES POR
ANO

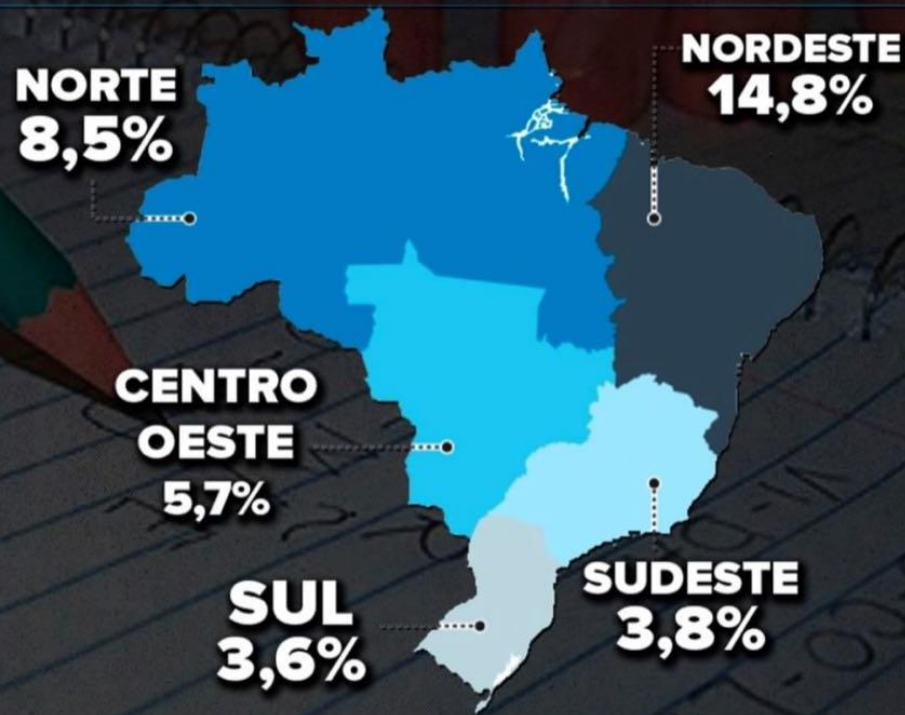
FUNDO PARTIDÁRIO:
QUASE **R\$ 1 BILHÃO** AO
ANO E PODE CHEGAR
A **R\$ 6 BILHÕES SÓ EM**
2018

ALÉM DE TODOS OS
PRÉDIOS PRÓPRIOS,
SÃO **R\$ 1,6 BILHÕES**
POR ANO SÓ DE
ALUGUEL

PASSAGENS E DIÁRIAS?
JÁ VÃO MAIS DE
R\$ 2,2 BILHÕES POR
ANO

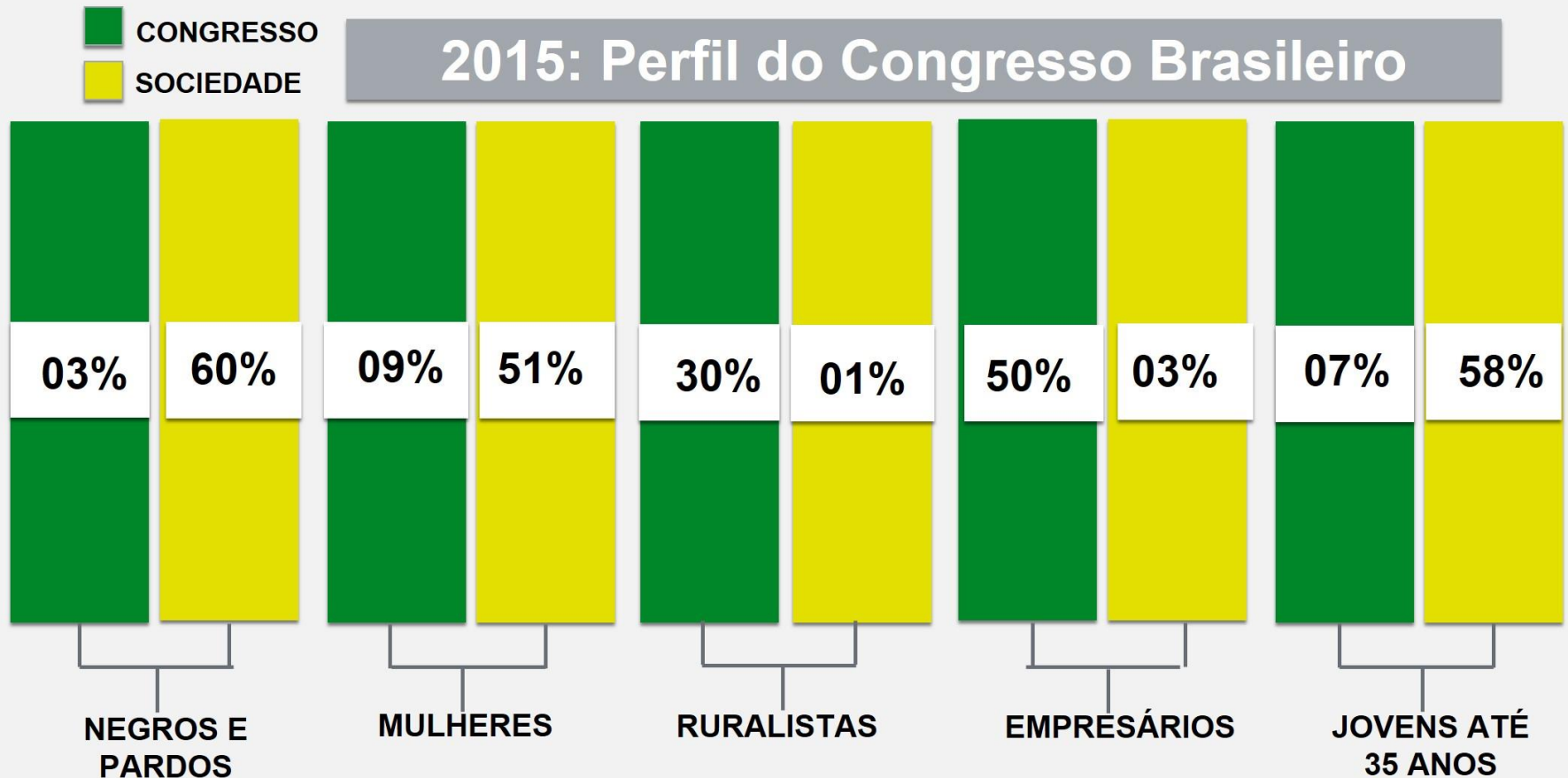
SÓ NO GOVERNO
FEDERAL, HÁ **99,7 MIL**
COMISSIONADOS E
COM GRATIFICAÇÃO

BRASIL AINDA TEM 11,8 MILHÕES DE ANALFABETOS

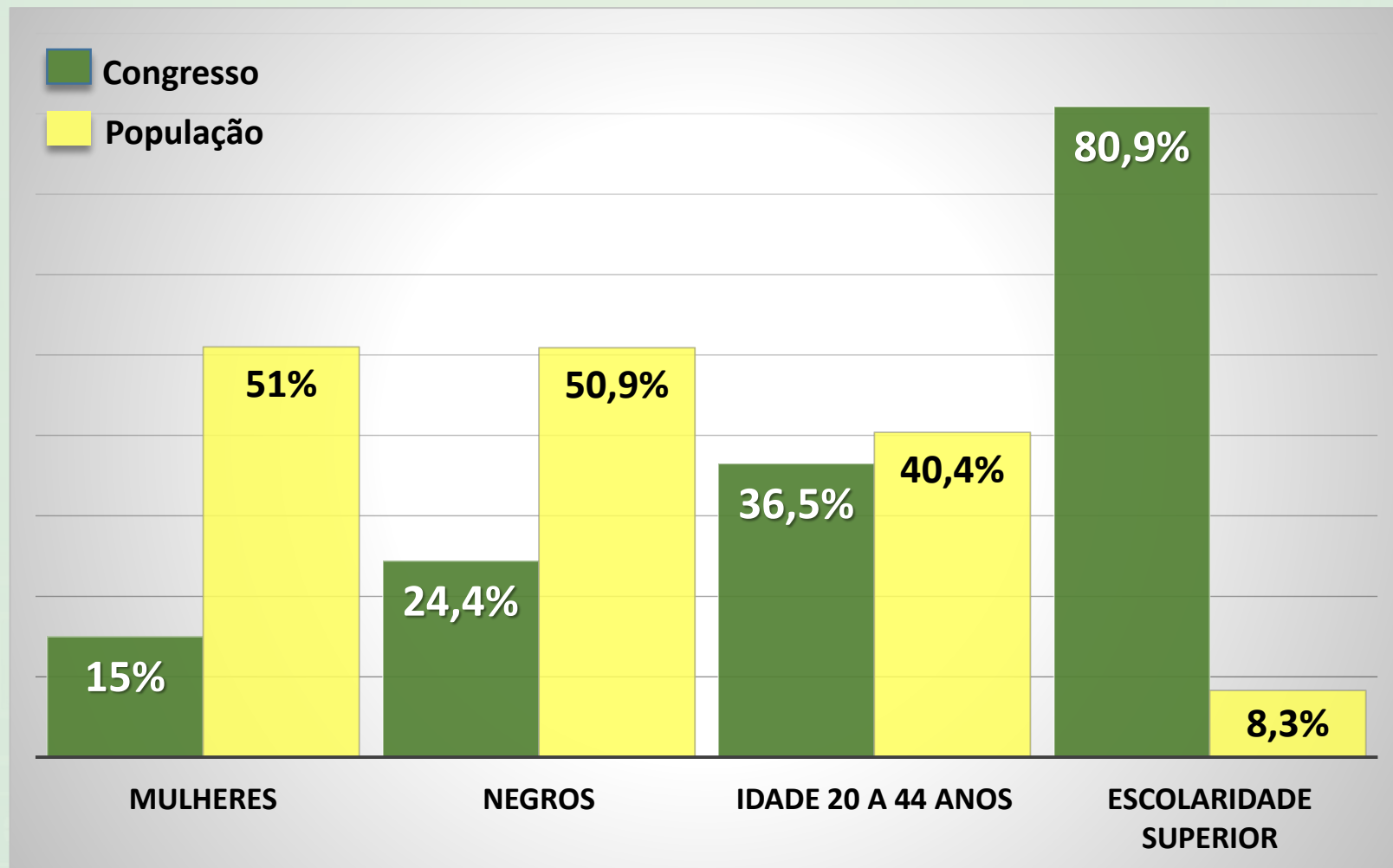


**NÚMERO CORRESPONDE A 7,2% DA
POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS**

Composição do Congresso Nacional (2015-2018)



Hoje a composição do Congresso Nacional (2018-2022)



Fonte: Censo 2010 (IBGE) e TSE 2018

Dados sobre as eleições em 2018

ABSTENÇÕES:

Dos **147** milhões aptos a votar, quase **30** milhões (**20%**) não comparecerem as urnas. Maior desde as eleições de 1998.

Entre os estados brasileiros, **Mato Grosso** apareceu com maior índice de abstenção, com **24,6%**. Isso significa que **1 em cada 4 eleitores** aptos a votar não foram as urnas.

Fonte: TSE 2018

BRANCOS OU NULOS:

Dos **117** milhões que votaram, **7** milhões (**6,14%**) anularam seus votos e **3** milhões, (**2,65%**) votaram em branco.

DADOS:

85% é o índice de renovação do Senado, a maior da história. No congresso, **53%** é a taxa de renovação e aumentou em **51%** o número de deputadas eleitas.



Democracia:

Representação e Participação

ARTIGO 1º DA CF, § ÚNICO

Democracia Representativa

Decisões políticas tomadas por representantes eleitos pelos cidadãos. Os "representantes do povo" se agrupam em instituições chamadas Parlamento, Câmaras, Congresso ou Assembleia da República.

Democracia Participativa

Pretende que **existam efetivos mecanismos de controle da sociedade civil** sob a administração pública, não se reduzindo o papel democrático apenas ao voto, mas também **estendendo a democracia para a esfera social**.

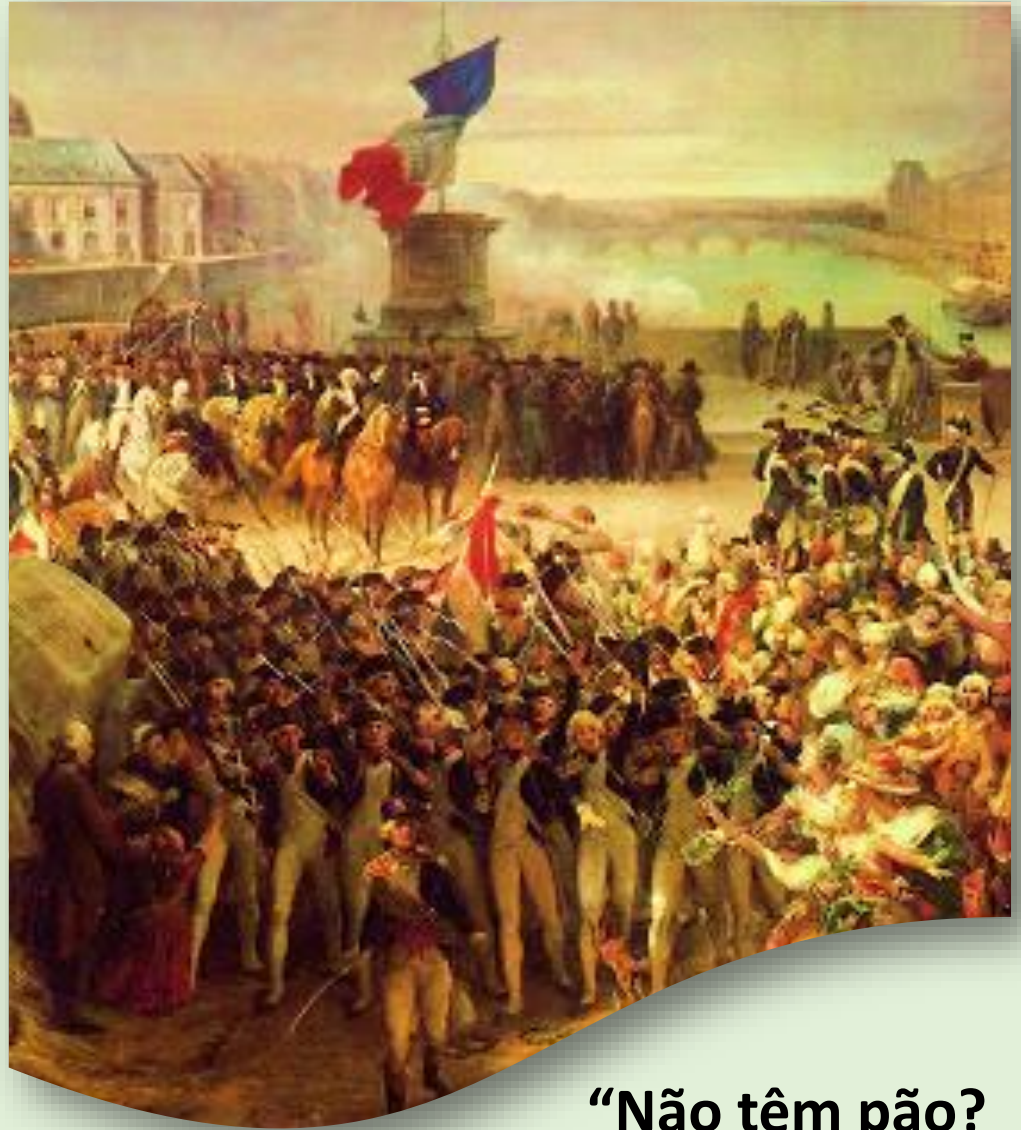
Vídeo - Consciência Cidadã





**Bem-vinda Democracia!
Mas... E agora?**

**Afinal,
o que é
Cidadania?**



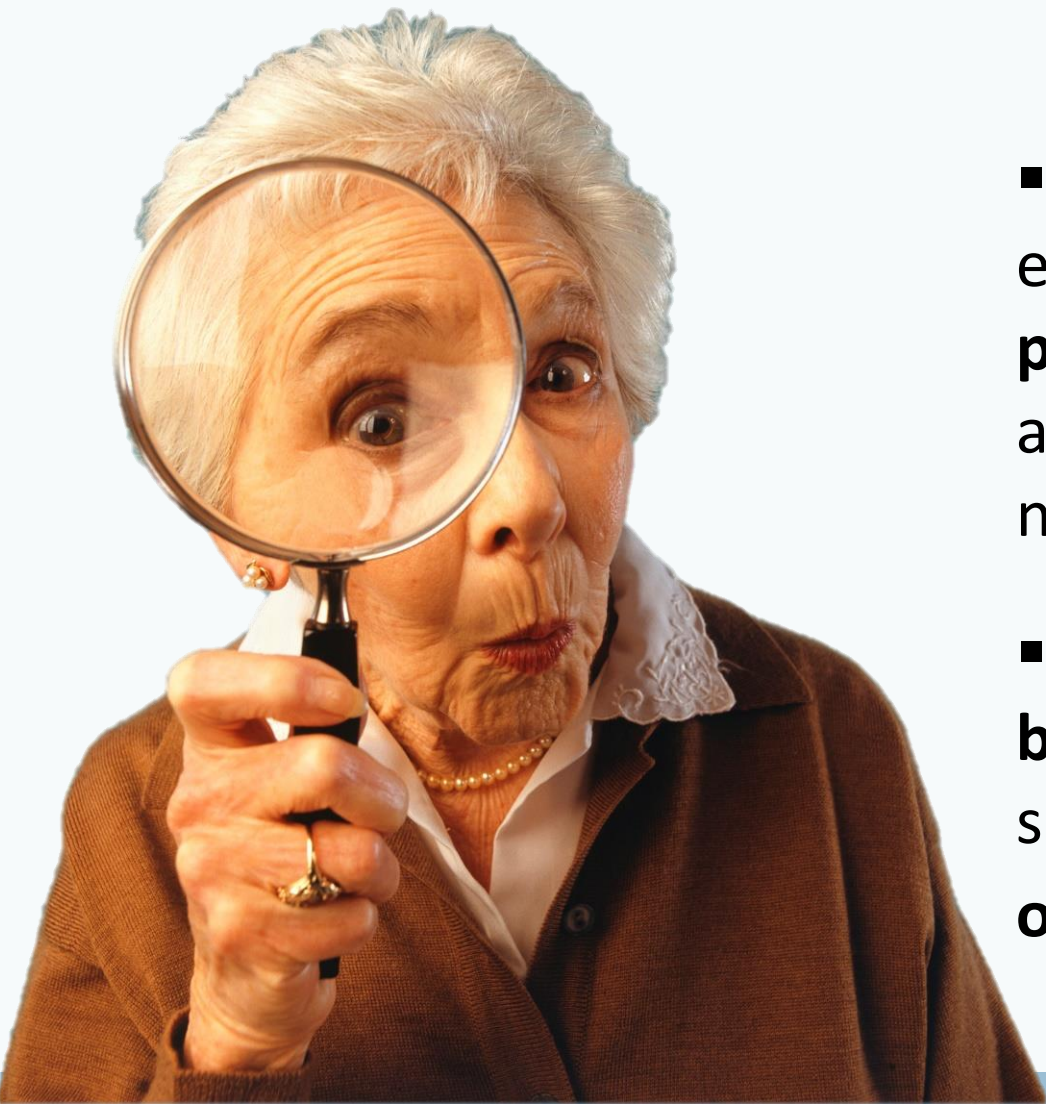
**“Não têm pão?
Comam brioche...”**

Rainha Maria Antonieta

[illegible]

- ✓ A consciência de direitos e deveres no **Exercício da Democracia**
- ✓ **Poder e saber** escolher
- ✓ **Usufruir** plenamente **seus direitos**
- ✓ **Cumprir** devidamente **seus deveres**

A ideia é a seguinte: se mantenha ativo e vigilante



- A ação democrática consiste em **todos tomarem parte do processo decisório** sobre aquilo que terá consequência na vida de **toda a coletividade**.
- Quem pode dizer o que é **bom para todos**? Aquele que sente o impacto da decisão: **o próprio cidadão**.

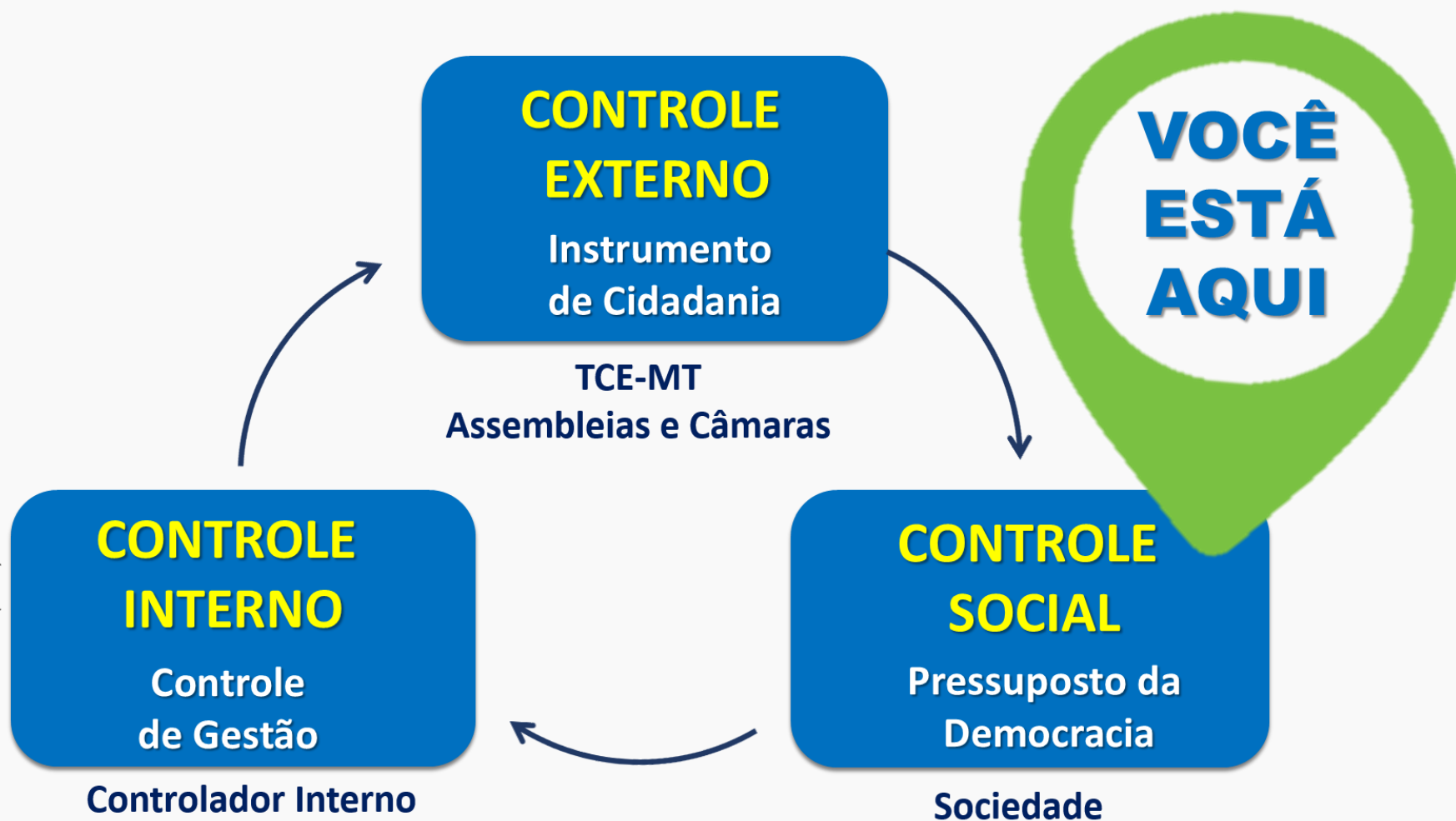


Controle social da gestão pública



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Tipos de Controles



Controle Social

É a capacidade que a **sociedade organizada** tem de **atuar** nas políticas públicas, em **conjunto com o Estado**, para estabelecer suas necessidades, interesses e **controlar a execução** dessas políticas.



Controle Social é...

- ✓ Presença ativa da sociedade como agente fiscalizador e controlador da aplicação dos recursos públicos
- ✓ Assegurar que as políticas públicas sejam planejadas de modo que respondam às necessidades sociais e seus programas sejam cumpridos conforme o que foi pactuado
- ✓ Mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania
- ✓ A atuação direta da sociedade na influência ou direção do poder (Pereira, 1997)



O objeto do controle social é abrangente, pois pode ser exercido na ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO, na FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA dos recursos públicos, na PRESTAÇÃO DE CONTAS dos gestores e na AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS das ações do governo





Instrumentos de Participação

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - INDIVIDUAIS

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Ouvidoria implantadas pelos órgãos públicos	CF Art. 37, XXX, §3º, I	Aprimorar o processo de gestão, favorecendo a autocorreção dos órgãos
Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Lei 12.527	Pedido de informação – Transferência Ativa
Denúncias aos órgãos de Controle Externo	CF Art. 74, §2º	Aprimorar a qualidade da aplicação dos recursos públicos
Ação Popular	CF Art. 5º, LXXIII	Propor ações/projetos para melhorar a vida social
Requerimento ou petição solicitando certidões ou informações junto aos órgãos públicos	CF Art. 5º, XXXIII Art. 37, §3º, II Art. 216, §2º	Garantir o direito de acesso à informação
Tribunal Livre	Regimento Interno do Legislativo	Ocupar o espaço da Tribuna Livre na Câmara Municipal para expor e defender um assunto



Instrumentos de Participação

INSTRUMENTOS DE CONTROLE SOCIAL - COLETIVO

Instrumentos	Previsão Legal	Ação
Conselhos de Políticas de Públicas	CF e normas infraconstitucionais	Mobilizar, propor, acompanhar e medir os resultados dos serviços prestados ao cidadão
Audiência Pública	CF e LRF	Opinar sobre assuntos de interesse público coletivo
Ação Civil Pública	CF Art. 129, III	Coibir abuso ou desvio de recursos do poder
Orçamento participativo adotado por gestores	CF art. 29, XII LRF art. 48, único Leis Municipais	Definir prioridades de execução das políticas públicas
Fórum/Reunião/Associação/Sindicato	-	Discutir, propor e agir para solucionar problemas da coletividade ou melhorar a qualidade de serviços prestados ou colocados à disposição da sociedade

O pressuposto do Controle Social é a lei, logo é nela que encontraremos:



- Possibilidades
(O QUE PODE FAZER)
- Momento de realização
(EM QUE OPORTUNIDADE)
- Instrumentos
(POR QUAIS MEIOS)

EMPODERE-SE





Tenha uma agenda cidadã!



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Quando a pessoa se recusa a participar das decisões sociais:

ACEITA

Que os problemas sejam **pensados** e **resolvidos** por outras pessoas

DEIXA

De **participar** dos debates

DESCONHECE

A **destinação** dos recursos orçamentários

ENFRAQUECE

A **democracia** com a ausência de **legitimação** das decisões públicas





A importância dos conselhos para e eficiência das políticas públicas



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



O rearranjo nas estruturas políticas e a entrada em cena de **novos atores** privilegiaram o poder local e a participação da sociedade no município.

Nasce uma nova forma de participação sociopolítica, que são os **Conselhos de Políticas Públicas**: a sociedade se articulando com os agentes estatais.



O Conselho na CF/88



Na **Constituição de 88** os Conselhos de Políticas Públicas **ganharam forma**. Mas, foi **a partir** da formatação de leis **específicas**, ainda nos primeiros anos da **década de 90**, é que **começaram a se efetivar**.

A simples existência da estrutura dos Conselhos de Políticas Públicas **não garante** a sua **efetividade**.



Enquanto espaço de articulação da sociedade com os agentes estatais, os conselhos de políticas públicas estão centrados em **dois pilares**:

1 – DEMOCRATIZAÇÃO

(ampliação da participação social)

2 – DESCENTRALIZAÇÃO

(das políticas sociais e fortalecimento do poder local)



Identidade

1 - O reconhecimento do povo como **agente transformador**

2 - **Cultura crítica**, com base no repúdio a todas as formas de opressão





Cada conselho possui
uma identidade própria
que pode ser aprendido
a partir de duas variáveis:

- ✓ **DESENHO INSTITUCIONAL**
- ✓ **TRAJETÓRIA POLÍTICA**

Sobre o Desenho Institucional

- **Discussão de políticas e programas** quanto ao aspecto de sua elaboração. Ter um **papel mais propositivo**.
- Buscar **fortalecer mecanismos de transparência** em relação às questões orçamentárias.
- Constitua um **projeto político global e estratégico** que seja referencial **para as deliberações de políticas setoriais**, sem o que, torna-se impossível impedir a fragmentação destas políticas posta em vigor pelo governo.



Sobre a Trajetória Política



Os conselhos passam por **fases ou momentos distintos** no decorrer de sua trajetória e **que se transformam ao longo do tempo**, processo esse que tem implicações na **construção de sua identidade política**.

Natureza

Os conselhos são **espaços públicos** de composição **plural** e **paritária**, entre Estado e sociedade, de natureza **PROPOSITIVA**, **MOBILIZADORA**, **DELIBERATIVA**, **FISCALIZADORA** e **CONSULTIVA**, cuja função é formular execução das políticas públicas



**Vocês sabem
dizer onde
estão alocados
os recursos
públicos?**



Leis Orçamentárias

PONTE ESTRATÉGICA

PPA

Plano Plurianual

ESTIMATIVA

O PPA faz um **planejamento da políticas públicas e programas de governo** para o período de 4 anos.

Apresenta as **dimensões estratégicas**, os **objetivos**, estipula as **metas** e delinea as iniciativas. **Associando os programas orçamentários aos objetivos.**

LDO

Lei de Diretrizes Orçamentária

TÁTICO

A LDO **orienta** ano a ano **como esses programas e objetivos devem ser realizados.**

Destaca **metas e prioridades** para a Administração Pública.

LOA

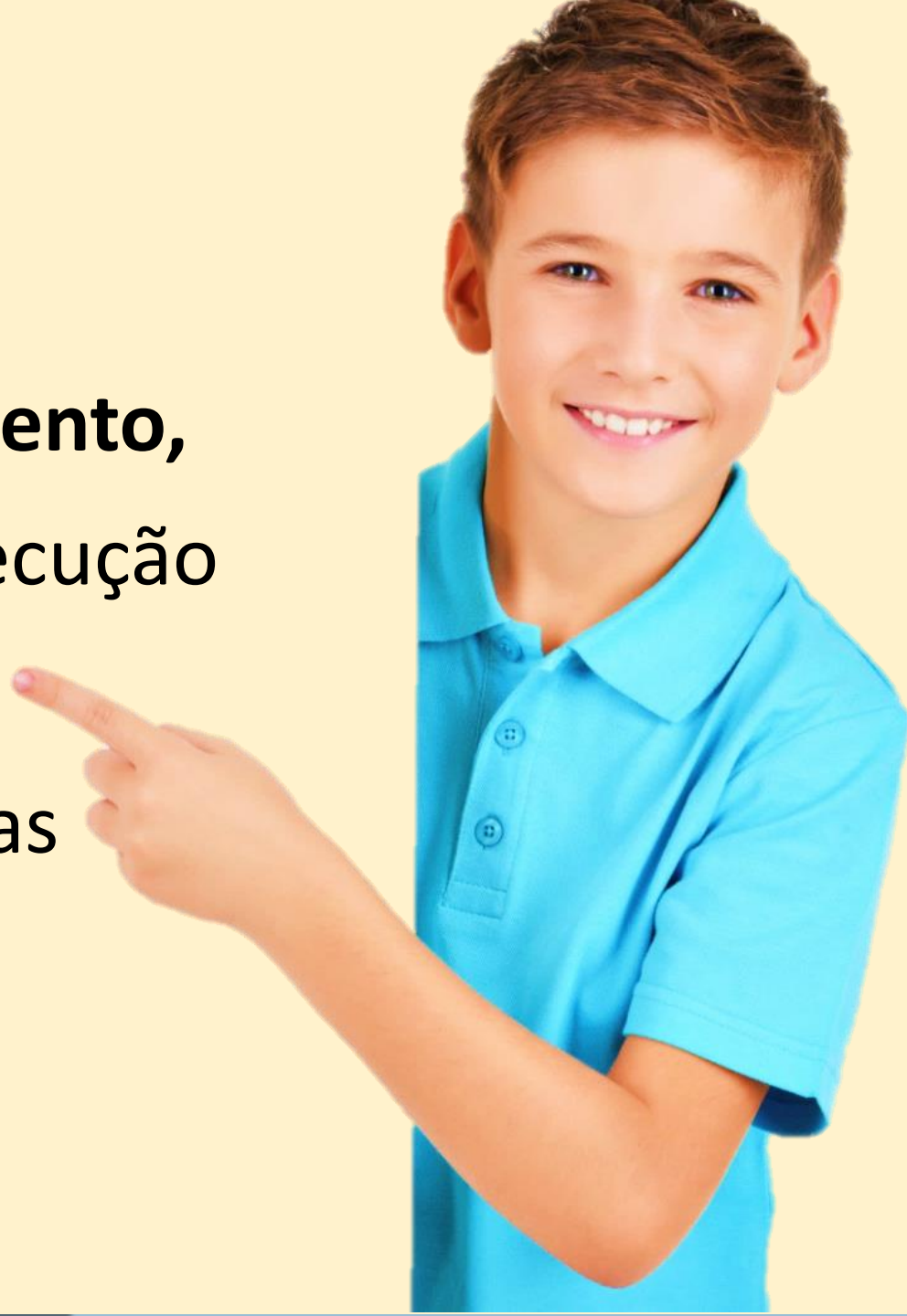
Lei Orçamentária Anual

OPERACIONAL

A LOA **aloca os recursos públicos** necessários anualmente **para a concretização das metas estabelecidas.**

Define as ações que estão vinculadas as iniciativas **que serão detalhados no orçamento**

O Conselho deve
conhecer o orçamento,
acompanhar a execução
e fiscalizar a
prestação de contas
desses recursos.





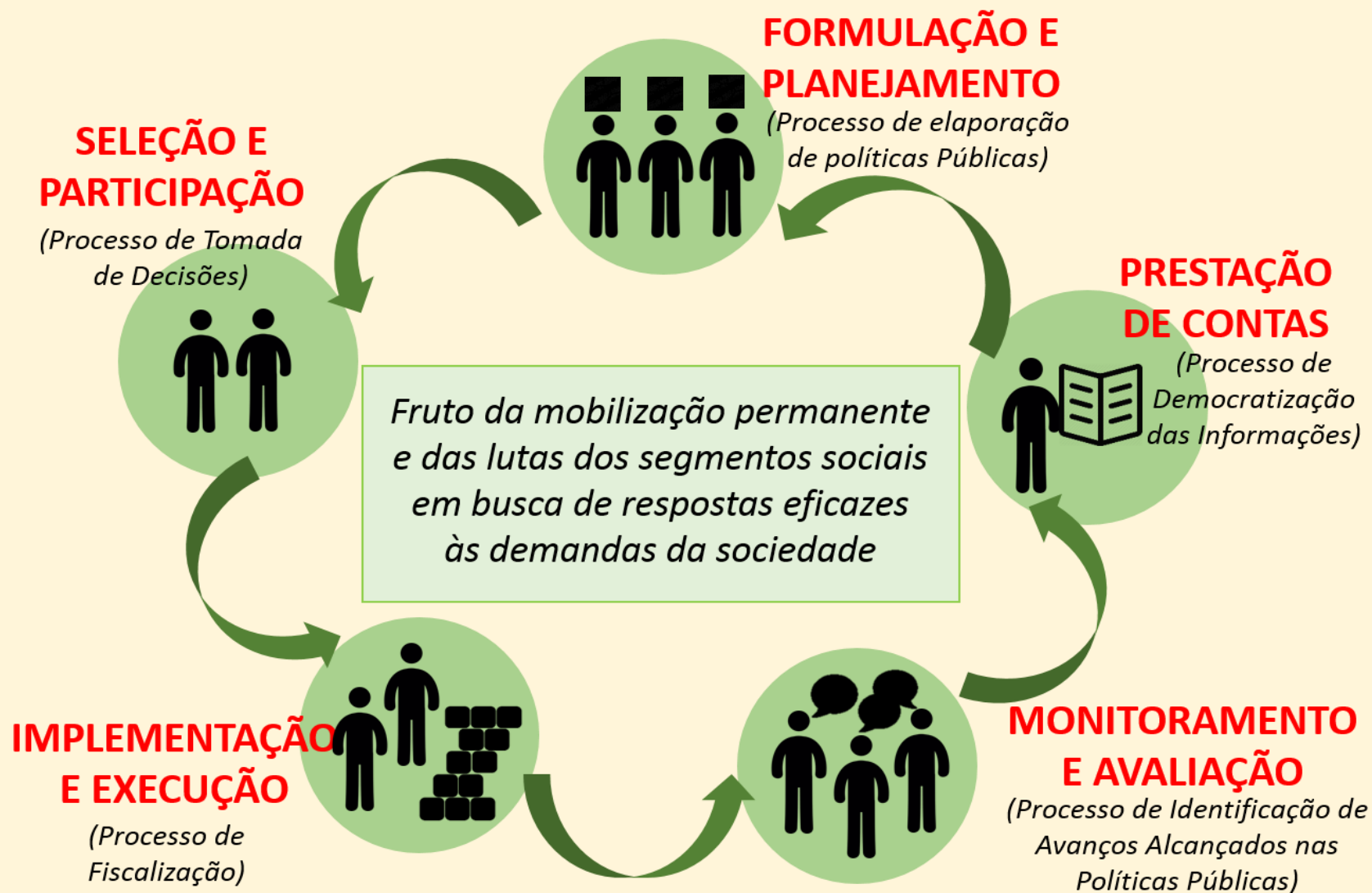
Os Conselhos
podem
participar
desse ciclo?



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Conselhos no Ciclo das Políticas Públicas

Mobilização Permanente dos Segmentos Sociais



O que fiscalizar utilizando as instâncias de participações?



O recurso gasto, mas, principalmente os **resultados obtidos** com as ações implementadas pelo Poder Público

Os **benefícios** para a comunidade

A contribuição das ações para a **melhoria da qualidade** de vidas das pessoas

Demandas da sociedade inseridas no Planejamento Estratégico São José dos Quatro Marcos

GRUPO: EDUCAÇÃO

Demandas dos Conselhos	Demandas no Plano Estratégico
1 - Fortalecer o vínculo da família com a escola	3.3.6 Fortalecer o vínculo entre família e escola – CPP
2 - Melhorar a proficiência dos alunos, aperfeiçoando a formação continuada dos professores	3.3 Proficiência em Língua Portuguesa nos anos iniciais –CPP 3.4 Proficiência em Matemática nos anos iniciais – CPP 3.4.5 Fortalecer a formação continuada dos professores – CPP
3 - Implantar/aperfeiçoar a avaliação anual interna para diagnóstico da aprendizagem dos alunos	3.4.1 Identificar as dificuldades no processo ensino aprendizagem – CPP 3.4.4 Implantar o sistema de avaliação local – CPP
4 - Garantir o desenvolvimento das políticas culturais do município	3.5 Elevar de 5,3 para 10,7 o percentual da população com acesso às atividades culturais, até 2018 - CPP
5 - Melhorar as condições de acesso de transporte escolar e ampliar o financiamento da alimentação escolar	3.3.2 Fortalecer a integração aos programas de financiamento do FNDE – CPP 3.4.3 Melhorar a estrutura física e realizar manutenção da frota do transporte escolar – CPP

Demandas da sociedade inseridas no Planejamento Estratégico São José dos Quatro Marcos

GRUPO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Demandas dos Conselhos	Demandas no Plano Estratégico
1 - Elevação da transparência dos recursos aplicados em vias públicas	4.1.4 Melhorar a transparência nos recursos aplicados em obras públicas – CPP
2 - Aplicação efetiva dos recursos próprios ora arrecadados e transparência, sem desvio de vínculo e finalidades	4.1.4.1 Utilizar os instrumentos alimentando os sites, portal da transparência, melhorar comunicação com os órgãos externos – CPP
3 - Incentivar e aplicar as parcerias público-privadas	4.1.4.3 Fomentar divulgação de projetos e demandas para captação de parceria público-privada para atuar em ações de desenvolvimento de obras e serviços públicos – CPP
4 - Implantar programa (lei) de incentivo para atrair a instalação de novas indústrias	3.5 EI4.1.4.4 – Divulgar programas e incentivos de fortalecimento ao desenvolvimento, voltados aos investimentos em comércio e indústrias – CPP
5 - Criação do programa de pavimentação asfáltica comunitária	4.1.1 Ampliar a pavimentação asfáltica nos bairros, comunidades e distrito industrial – CPP

Demandas da sociedade inseridas no Planejamento Estratégico São José dos Quatro Marcos

GRUPO: PROTEÇÃO DO GÊNERO HUMANO

Demandas dos Conselhos	Demandas no Plano Estratégico
1 - Desenvolver programas de proteção contra violação de direitos das crianças e adolescentes	2.1.4 Desenvolver ações de prevenção contra a violação e proteção dos direitos das crianças e adolescentes – CPP
2 - Garantir o acesso a locais públicos e privados das pessoas deficientes	2.1.2 Ampliar atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pela Assistência Social – CPP
3 - Fortalecer a integração intersetorial das políticas públicas	2.1.6 Incentivar a sociedade organizada e o voluntarismo – CPP 2.2.1 Realizar mutirões de pesagem em parceria com a Secretaria de Saúde para elevar o índice da Taxa de Acompanhamento de Agenda de Saúde-TAAS – CPP 2.2.2 Realizar mutirões de acompanhamento da frequência escolar em parceria com a Secretaria de Educação para elevar o índice da Taxa de Acompanhamento de Frequência Escolar-TAFE – CPP
4 - Garantir parcerias para inclusão da pessoa idosa na sociedade	2.1.5 Promover a inclusão da pessoa idosa na sociedade – CPP
5 - Desenvolver políticas públicas de empoderamento feminino	2.1 Percentual de Família Empoderadas - CPP

Demandas da sociedade inseridas no Planejamento Estratégico São José dos Quatro Marcos

GRUPO: PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Demandas dos Conselhos	Demandas no Plano Estratégico
1 - Implantação do Conselho Municipal do Meio Ambiente	3.3.4.1 Criar o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CPP
2 - Adequar a estrutura organizacional e arcabouço legal sobre meio ambiente e desenvolvimento rural sustentável	3.3.4 Criar estrutura administrativa para o setor do Meio Ambiente Municipal – CPP
3 - Implantar um sistema de monitoramento e mitigação das atividades de impacto local	3.3.6 Implantação do Sistema de Informação Geográfica (SIG) Municipal– CPP
4 - Ampliar as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e microempreendedores individuais	3.4.1 Divulgar o Centro de Atendimento Empresarial – CPP 3.4.2 Fomentar a formalização e capacitação dos MEIs – CPP 3.4.3 Realizar campanha do CAE itinerante – CPP 3.6.1 Ampliar o número de máquinas e equipamentos de uso coletivo – CPP 3.6.2 Ampliar o conhecimento técnico e de gestão na agricultura – CPP 3.6.3 Implantar o Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural Municipal – CPP
5 - Melhorar o uso do solo e captação da água na sub-bacia do <i>Córrego</i> para abastecimento da população	3.3.6 Implantação do Sistema de Informação Geográfica (SIG) Municipal – CPP

Demandas da sociedade inseridas no Planejamento Estratégico São José dos Quatro Marcos

GRUPO: SAÚDE	
Demandas dos Conselhos	Demandas no Plano Estratégico
1 - Ampliar a rede de saneamento básico e rede de esgoto	6.3.1 Implementar projetos para ampliação da rede de saneamento em todo o perímetro urbano – CPP 6.3.3 Planejar a ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto-ETE para comportar 100% dos resíduos sanitários produzidos por toda zona urbana municipal – CPP 6.3.2 Capitar recursos para os investimentos (ampliação e manutenção) – CPP
2 - Readequar as equipes de trabalho das UBS	1.1.1.1 Reformar a UBS itinerante para atendimento das mulheres da zona rural – CPP 1.1.1.2 Regularizar o UBS itinerante para atendimento das mulheres da zona rural – CPP 1.1.1.3 Contratar equipe multidisciplinar (médico, enfermeiro, técnico em enfermagem) – CPP
3 - Garantir um atendimento humanizado à população pelo PA	1.1.3.6 Realizar ampliação e melhorias da estrutura física do Hospital Municipal – CPP 1.1.3.15 Capacitar equipes das Unidades de Saúde em atendimento técnico e humanizado – CPP
4 - Implantar o NASF	1.1.3 Ampliar o Programa Estratégia de Saúde da Família (ESF) para cobertura da Atenção Básica (PMG) – CPP
5 - Fortalecer os trabalhos realizados junto ao CAPS	1.1.4 Fortalecer o CAPS – CPP

Responsabilidades do Coordenador Projeto 2 - PDI

AÇÕES DE CONTROLE SOCIAL - 2018

RESPONSABILIDADE DO COORDENADOR DO PROJETO 2 DO PDI NO MUNICÍPIO				
SEQ	AÇÕES	NÃO EXECUTADA	EM ANDAMENTO	FINALIZADA
1	Conhecer as novas metas estabelecidas para 2018 no Plano Estratégico e disponibilizadas no GPE Cidadão			
2	Separar as metas, iniciativas ou ação, de acordo com os grupos da oficina (Educação, Saúde, Patrimônio da Humanidade, Desenvolvimento Econômico e Proteção do Gênero Humano)			
3	Reunir com os presidentes dos conselhos para apresentar as demandas que foram inseridas e em quais eles poderão contribuir			
4	Elaborar um Plano de Ação e cronograma com as responsabilidades de que conselho deverá atuar, para o atingimento da meta, iniciativa, ação, etc.			
5	Reunir com o coordenador do PDI e projeto 01 para apresentação das CPPs e das metas de 2018 mostrando sobre as quais os conselhos irão contribuir			
6	Divulgar as demandas inseridas no Plano Estratégico e as reuniões com os conselhos nos jornais e nas mídias sociais			
7	Estimular a participação dos Conselhos Municipais das Audiências Públicas Municipais			
8	Ativar e/ou extinguir os conselhos inativos			
9	Inserir dados atualizados dos Conselhos no Portal Transparência do município			
10	Encaminhar para a SAI, os bancos de dados dos conselheiros ativos, com nome, endereço, telefone e e-mail			
11	Enviar as datas das Audiências Públicas, pelo Portal Único dos Gestores (PUG) para serem disponibilizadas no Espaço Cidadão do TCE-MT			
12	Divulgar os cursos do TCE-MT para os conselhos municipais			
13	Inscriver os Conselheiros Municipais nos cursos do TCE-MT, quando o assunto for pertinente ao Conselho			
14	Inscriver os Conselheiros Municipais no Curso Cidadania e Controle Social, realizado anualmente pelo TCE-MT, sob coordenação da SAI			
15	Conhecer o Geo-Obras Cidadão do TCE-MT			
16	Conhecer o Espaço Cidadão do TCE-MT			
17	Conhecer os Canais de Comunicação da Ouvidoria do TCE-MT e do Município			
18	Visitar o controlador interno e dialogar frequentemente sobre dificuldades na obtenção de informações, comunicação de irregularidades etc.			
19	Reunir com os(as) Secretários(as) Municipais para verificar se as metas alcançadas estão de acordo com as evidências apresentadas			
20	Participar da Reunião de Resultados, de 2018, do Planejamento Estratégico realizada pelo Poder Executivo			
21	Apresentar na Reunião de Resultados, as ações realizadas pelos Conselhos Municipais que contribuíram no atingimento das Metas			

Objetivo Estratégico do Controle Social



Tribunal de Contas
Mato Grosso
INSTRUMENTO DE CIDADANIA

GPE Cidadão - Acompanhamento do Planejamento Estratégico



Metas e Sub-metas de Curto Prazo » [Detalhes](#)

5.2 Garantir 2,0 a taxa da população participantes em reuniões de tomada de decisões em políticas, até 2018.

Informações da Meta de Curto Prazo

Situação em 01/2018	Meta para 31/12/2018	Executado
0,00	2,00	N/D

Ano base da Meta: 2018

Tipo de Meta: Elevação

Descrição:

Efeito: Melhoria da Gestão

Data Início: 01/01/2018

Data Término: 31/12/2018

Valor Planejado: 2

Situação Inicial: 0

Responsável: Emerson Souza Miler

Indicador: **Reuniões e eventos, sendo considerados como evidências as listas de presença em: reuniões na Câmara Municipal de Vereadores + reuniões de Conselhos de Políticas Públicas-CPPs + audiências públicas + conferências dos conselhos, entre outros dessa natureza.**

Como medir:

(Somatório do número pessoas participantes de reuniões e eventos de tomada de decisão) / (População atual residente entre 16 a 75 anos) x 1000
População atual residente entre 16 a 75 anos: pode ser considerado o número de eleitores no município

1. Efetivar as ações da coordenação das atividades do Projeto II - PDI

- 1.1 - Acompanhar a inserção das demandas da sociedade no Plano Estratégico
- 1.2 - Conhecer as metas que as CPP estão relacionados no Plano Estratégico e identificar quais conselhos deverão acompanhar e executar ações no atingimento de metas
- 1.3 - Reunir com o coordenador do PDI e coordenador do Projeto 1 para apresentação das CPP e das metas de 2018 sobre as quais os conselhos irão contribuir
- 1.4 - Reunir com os presidentes de conselhos para apresentar as demandas inseridas e as metas de 2018
- 1.5 - Elaborar com os presidentes de conselhos um cronograma geral de atuação dos conselhos
- 1.6 - Elaborar cronograma geral da reunião de resultados
- 1.7 - Acompanhar a execução das ações dos conselhos de políticas públicas
- 1.8 - Convocar os conselhos de políticas públicas para participarem das Audiências Públicas sobre os planos municipais (LOA, LDO)
- 1.9 - Reunir-se com o controlador interno para tratar irregularidades e dificuldades
- 1.10 - Reunir-se com os secretários para controle das evidências dos resultados

2. Ampliar os conhecimento e informações sobre do controle social

- 2.1** - Elaborar o relatório das demandas dos conselhos e informá-los das demandas inseridas no Plano Estratégico para acompanhamento
- 2.2** - Inserir e atualizar dados dos conselhos no Portal Transparência do Município
- 2.3** - Enviar dados atualizados dos conselhos para o Banco de Dados da SAI/TCE-MT
- 2.4** - Enviar as datas das audiências públicas para o TCE-MT disponibilizar no Espaço Cidadão
- 2.5** - Divulgar os cursos do TCE-MT para os conselhos municipais
- 2.6** - Inscrever os membros dos conselhos de políticas públicas no Curso EAD “Cidadania e Controle Social”, do TCE-MT em conjunto com a UFMT
- 2.7** - Conhecer o GPE Cidadão no link: http://gpe.tce.mt.gov.br/cidadao/index/id_instituicao/771
- 2.8** - Acessar os canais de comunicação da ouvidoria do TCE-MT
- 2.9** - Acessar o Espaço Cidadão do TCE-MT
- 2.10** - Divulgar as demandas inseridas no Plano Estratégico nos jornais e nas mídias sociais regionais

Dinâmica dos Conselhos de Políticas Públicas



Quanto à Constituição/Composição:

Fatores que dificultam a ação dos conselhos

- Ingerência do Poder Executivo ou de representantes de entidades;
- Assistencialismo, clientelismo ou paternalismo político;
- Falta de definição precisa das competências e atribuições;
- Falta de divulgação do processo de escolha de conselheiros.

Fatores que dificultam a ação dos conselhos

- Existência de colegiados meramente formais;
- Falta de integração com os órgãos de controle externo;
- Acompanhamento insatisfatório da aplicação dos recursos;
- Omissão na comunicação de irregularidades constatadas aos órgãos de controle.

Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Quanto à Atitude dos Conselheiros:

- Falta de cultura participativa e de fiscalização;
- Desinteresse ou baixa motivação por parte de alguns membros;
- Indisponibilidade de tempo para as atividades do colegiado e não comparecimento sistemático às reuniões;
- Não compreensão que os conselheiros são figuras públicas com mandatos.


Fatores que dificultam a ação dos conselhos

Quanto às Condições de Trabalho:

- Falta de condições logísticas para funcionamento;
- Ausência de treinamento ou capacitações;
- Dificuldade para acessar as informações públicas;
- Dificuldades de compreensão da linguagem utilizada em modelos de relatórios gerenciais.



Estas práticas colocam a administração e o cidadão numa relação de soberano e súdito, “com todas as **implicações**, inclusive **psicológicas e psicossociais**, aí envolvidas”.



Implicações Psicológicas

Existe um paradigma social que para **fiscalizar** a gestão é necessário **ser do contra**.

Logo, as pessoas acham **desagradável participar** das decisões e têm **medo dos interesses políticos e ideológicos** envolvidos nas organizações públicas.

Implicações Psicossociais

- ✓ O **funcionamento eficaz dos conselhos não é um entrave** para a gestão, com também não é **uma garantia** de solução absoluta dos problemas da administração pública.
- ✓ Antes deve ser um **compromisso democrático**, é um importante **instrumento de cidadania** a ser **fortalecido e aprimorado**.





Estratégias para potencializar a atuação dos Conselhos



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

Para cumprir com o seu objetivo

- Estimular a participação de novos segmentos interessados na área de atuação dos conselhos
- Ampliar os espaços democráticos de participação e escolha dos membros
- Dar a devida atenção às atas de reuniões e a continuidade de temáticas entre uma reunião e outra
- Evitar a criação de uma elite decisória (mesmos grupos no poder)



Para cumprir com o seu objetivo

- **Identificar e avaliar** as deliberações do conselho
- **Reconhecer** na **divergência de ideias e opiniões** uma oportunidade de aprofundamento das propostas e decisões e **melhoria do convívio democrático**
- Saber **trabalhar** com as figuras de **autoridade** (presidente ser o secretário municipal)
- **Desburocratizar** processos e ações



Para cumprir com o seu objetivo

- Saber reunir **informações relevantes** para discussão
- **Obter informações públicas com qualidade** e buscar outras fontes para subsidiar as proposições e decisões
- **Criar canais de comunicação** específicos dos conselhos
- Estabelecer **diálogo com os representantes** do Executivo e do Legislativo
- Buscar o **envolvimento dos meios de comunicação** de massa do Município



Para cumprir com o seu objetivo

- **Participar de atividades**, seminários, cursos, oficinas e reuniões de **formação**
- **Participar ativamente** do processo de construção das peças orçamentárias
- Firmar **parceria com a iniciativa privada** para implementação de ações estratégicas dos conselhos
- **Aproximar da sociedade** e manter um vínculo produtivo/debate público continuado
- Ser o **canal das reivindicações** popular



Para cumprir com o seu objetivo

- Criar mecanismos de **acompanhamento da execução e divulgação** das decisões
- Ser **independente** nas **opiniões** (ter igual poder para determinar o resultado final das decisões)



- Implementar **ações** que **elevem o grau de comprometimento** do governo municipal
- **Mensurar o impacto** das decisões dos conselhos na melhoria efetiva da **qualidade da gestão**.

**“Ninguém é suficientemente perfeito
que não possa aprender com o outro.
E ninguém é totalmente desprovido
de valores que não possa ensinar
algo ao seu irmão ”**

São Francisco de Assis – Frade católico italiano





Muito Obrigada!

Cassyra L Vuolo

Secretária de Articulação Institucional
e Desenvolvimento da Cidadania
cassyra@tce.mt.gov.br / (65) 3613-2951



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO



**Tribunal de Contas
Mato Grosso**

TRIBUNAL DO CIDADÃO